

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil vê pobreza cair e renda ficar mais concentrada no topo..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PL do devedor contumaz propõe anistia de dívidas..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Greve pode atrasar Orçamento de 2025..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF paralisa análise sobre benefício do INSS e ITCMD..... 8

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da Vida Toda pode ter reviravolta..... 9

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Do País de jovens ao de idosos (Artigo)..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Greve dos servidores do Tesouro Nacional pode atrasar Orçamento de 2025..... 12

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS para trabalhadores do lar: veja como contribuir e quais são os benefícios..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Frente Parlamentar dos Precatórios quer criar marco regulatório do setor - COLUNA

BROADCAST

..... 17

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira libera votações remotas..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

STF suspende julgamento de imposto sobre herança..... 21

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Contribuinte com débito tem até 5 de novembro para regularizar ICMS..... 22

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Medida leva botijões a 20 milhões de famílias..... 23

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo oferecerá gás de cozinha para 20 milhões de famílias..... 24

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Câmara deve finalizar votação de texto que prevê imposto sobre herança de previdência privada 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ampliação de programa pode criar gasto obrigatório e ferir lei fiscal 26

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Votação para legalizar cassinos 27

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cotação do ouro dispara e supera US\$ 2,5 mil a onça 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Rumo da Selic em análise 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Petrobras leva Ibovespa a novo recorde 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC está "dependente de dados", diz Galipolo 33

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado financeiro projeta PIB de 2,43% em 2024 34

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO
ECONOMIA

Mercado financeiro eleva projeção da inflação pela sexta semana seguida 35

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
ECONOMIA

Projeção da inflação 2024 sobe para 4,25%, diz BC 36

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Brasil registra déficit de US\$ 5,162 bilhões 37

Brasil vê pobreza cair e renda ficar mais concentrada no topo

Marsílea Gombata De São Paulo

No último ano, o Brasil conseguiu reduzir a extrema pobreza em 40%, mas manteve desigualdades estruturais praticamente inalteradas. Segundo o Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades, do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, que será divulgado nesta terça-feira 27, a desigualdade de renda continuou em patamar elevado no Brasil, com leve alta: o rendimento médio mensal per capita do 1% mais rico passou de 30,8 vezes para 31,2 vezes o dos 50% mais pobres.

A tributação de renda teve pouca alteração, permanecendo progressiva até a faixa de dez a 15 salários mínimos, e regressiva desse patamar para cima. O documento ressalta, contudo, que houve leve aumento na alíquota para aqueles que ganham mais de 320 salários mínimos, de 5,4% em 2021 para 7,9% em 2022 - dado mais recente fornecido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal**.

Além de dados da Receita, o relatório do Observatório ligado ao Pacto pelo Combate às Desigualdades - iniciativa liderada pela Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD) - foi elaborado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) com base em estatísticas de órgãos como IBGE e Ministério da Saúde. Os indicadores foram compilados por instituições que englobam o pacto, como Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os números mostram que, além da queda de 40% na proporção de pessoas na extrema pobreza, sendo maior entre mulheres negras, houve redução de 20% do desemprego e ganho real de 8,3% no rendimento médio de todas as fontes, sendo maior dentre as mulheres.

Algumas das outras melhoras no período são maior proporção de mulheres negras de 18 a 24 anos cursando o ensino superior (de 17,1% em 2022 para 19,2% em 2023), menor proporção de nascidos vivos de mães com até 19 anos de idade (de 13,6% a 11,8%), e redução no desmatamento em áreas indígenas e unidades de conservação.

Mas os dados mostram, por outro lado, crescimento na

proporção de crianças indígenas desnutridas, de alta de 16,1 % entre meninos indígenas e 11,1% entre meninas indígenas, entre 2022 e 2023, aumento na proporção de mortes por causas evitáveis e da mortalidade infantil, que passou de 11,9 óbitos para cada 100 nascidos vivos em 2021 para 12,6 em 2022 - último dado disponível.

"Os indicadores de 2023 mostram um impacto positivo na direção de mobilidade social ou sobre a incidência de algumas políticas públicas. Mostram que, diferentemente de 2022, após quatro anos de processo de desmonte das políticas, agravamento da pobreza, fome, desigualdade, vemos o efeito de políticas sociais, da dinâmica virtuosa da economia e do mercado de trabalho", diz Clemente Ganz, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, ligado à Presidência da República.

"Mas o relatório mostra também continuidade da estrutura no mundo dominado pela dinâmica financeira, da riqueza deslocada da base material, ou seja, aquela que cresce independentemente de o **PIB** crescer. No topo do 0,1% mais rico, a renda cresce muito mais, o que demonstra a necessidade de algumas políticas específicas para mudar isso."

Ele cita como exemplos de políticas necessárias a industrialização, que tem impacto sobre o modelo produtivo, e modificações na estrutura tributária.

"Seria importante que permitissem tributar corretamente renda e riqueza e taxar mais pessoas físicas e menos jurídicas, para que possam estimular a atividade produtiva", afirma Ganz, ao ressaltar a importância de maior progressividade da taxa em todas as faixas de renda.

Ganz acrescenta ainda outras medidas como a **reforma tributária** da renda, a taxa internacional dos super ricos e a tributação sobre grandes fortunas, mais custosas politicamente. "Enfrentar essas desigualdades não é fácil. Os privilégios estão arraigados", diz.

O documento ressalta também a persistência de outras desigualdades, como de gênero e racial, ao mostrar que a maior proporção de pessoas em

situação de insegurança alimentar é a de mulheres negras, o rendimento médio mensal de mulheres negras representa 42% do recebido por homens não negros, e a taxa de desemprego entre elas chega a 11,5%, acima dos 5,2% para homens não negros.

O relatório faz um balanço e mostra que, dos 42 indicadores monitorados pelo Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, 44% tiveram melhora, na direção de redução das desigualdades, no último ano, 21% tiveram piora e 14% apresentaram pouca ou nenhuma oscilação. Outros 21% não tiveram atualização disponível.

O documento, que será divulgado nesta terça-feira em cerimônia no Congresso, marca um ano desde o lançamento do pacto. A iniciativa, que nasceu com apoio de uma Frente Parlamentar Mista contra a Desigualdade (com membros da Câmara e do Senado) e do conselho ligado à Presidência da República, quer trabalhar também junto aos ministérios.

"Faremos uma visita a cada ministério para apresentar o relatório e estabelecer um diálogo com eles a partir desses dados [do documento]. Não é que os ministérios não conheçam os números, mas, nós, enquanto representantes da sociedade civil, podemos pautar com mais força temas sensíveis junto eles", diz Marília Assis, coordenadora de articulação institucional e de políticas públicas da Fundação Tide Setúbal.

A socióloga Neca Setúbal, presidente da Fundação Tide Setúbal e uma das idealizadoras do pacto, alerta que corremos o risco de se perpetuar como um país de desigualdades estruturais e compara a iniciativa a um chamado final.

"Ficamos lutando contra a maré, mas não podemos desistir, ou a desigualdade pode chegar a um "ponto de não retorno", afirma, em alusão à expressão utilizada para se referir a danos climáticos irreversíveis.

"Estamos próximos de chegar a um ponto de não retorno social, quando filhos da elite vão estudarem universidades fora do país e não retornam, como ocorreu na Venezuela ou na Colômbia. E temos um papel para não deixar isso acontecer. A desigualdade não é uma questão dos pobres, mas da sociedade brasileira."

Participação

Nesse movimento, o engajamento do empresariado é fundamental, afirma Ganz. "Primeiramente, o setor empresarial tem como investir na sua capacidade de produzir, ampliando-a e gerando mais empregos,

produto e renda, o que é fundamental para enfrentar a desigualdade", diz.

Ele argumenta, por exemplo, que não adianta filhos de beneficiários do programa Bolsa Família terem condições de estudar e sair da pobreza se não encontrarem emprego ou atividade produtiva.

"Em segundo lugar, é preciso pensarmos que a nossa estrutura tributária tem de arrecadar para ofertar o suficiente para que a população tenha qualidade de vida, como serviços como saúde e educação. É justo, portanto, que eu pague mais porque tenho renda maior", diz.

"Por último, temos de eleger parlamentares que advoguem essas propostas. Não conseguiremos fazer uma mudança tributária sobre a renda, por exemplo, se o Congresso Nacional não quiser."

"Enfrentar essas desigualdades não é fácil. Privilégios estão arraigados" Clemente Ganz

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187967?page=1§ion=1>

PL do devedor contumaz propõe anistia de dívidas

Raphael Di Cunto, Lu Aiko Otta e Marcelo Ribeiro De Brasília

O projeto de lei do devedor contumaz vai propor a anistia de dívidas tributárias de pequeno valor, cujo montante não compensaria os gastos judiciais e jurídicos para cobrança. A iniciativa será incluída pelo deputado Danilo Forte (União-CE) no seu parecer e conta com apoio do governo. "Isso vai limpar o nome de milhares de microempresários e ajudar no crescimento do país", disse o deputado ao Valor.

O valor exato dessas dívidas e as regras ainda não estão fechados. Forte tem falado sobre algo em torno de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil, mas no Ministério da Fazenda o comentário é liberar o perdão para quem deve até R\$ 5 mil. Os termos serão negociados nos próximos dias, inclusive numa reunião pública nesta terça-feira na Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo (FPE) com a participação do deputado e do secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

Segundo Forte, a anistia para os pequenos devedores ajudará politicamente o avanço do projeto. O texto foi apresentado com urgência pelo governo, mas o Executivo precisou desistir desse tratamento por resistências de parte do Congresso à proposta do que pode ser considerado um "devedor contumaz", sobre quem incidirão fortes punições.

As conversas entre as empresas, **Receita Federal** e Parlamento avançaram nas últimas semanas para definir melhor, na lei, o que é um devedor contumaz e agora o relator levará a ideia para os líderes e demais parlamentares.

"Está claro agora que é para o sonegador contumaz, quem faz lavagem de dinheiro ou concorrência desleal não pagando seus **impostos**", afirma Forte.

A negociação avançou há duas semanas, com a proposta da **Receita Federal** de que confederações empresariais poderão ter poder de veto sobre quem entra-rá na lista de devedores. Com isso, poderiam evitar que empresas que atrasaram os **tributos** por problemas financeiros ou econômicos sejam punidas. A intenção é sancionar quem usa a inadimplência como um modelo de negócios para ganhar vantagem sobre seus concorrentes.

Segundo Forte, essa proposta da Receita ajudou a destravar resistências de parte das empresas, mas ainda é preciso aguardar estudos jurídicos do governo e das entidades sobre a constitucionalidade de uma entidade privada participar da fiscalização do Estado. Ainda não há uma data para apresentação do parecer e o tema pode ser votado só depois das eleições municipais, já que o Congresso está esvaziado em agosto e setembro e haverá apenas dois períodos de sessões deliberativas - a atual semana (até quinta-feira, 29) e de 9 a 12 de setembro. Depois disso, a Câmara só volta a se reunir em outubro. Outro problema, de acordo com o relator, é o impasse entre Câmara, governo e o Supremo Tribunal Federal (STF) em torno da execução das emendas parlamentares. A decisão do ministro Flávio Dino de determinar a suspensão dos pagamentos deixou os ânimos exaltados, ressaltou ele, e o momento não está propício à discussão de projetos do Executivo que sejam polêmicos.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187967?page=1§ion=1>

Greve pode atrasar Orçamento de 2025

» **ROSANA HESSEL**

Servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU) vão parar as suas atividades hoje e amanhã. A greve é uma resposta à proposta de reajuste salarial apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na última sexta-feira.

Ontem, eles já intensificaram a operação padrão, o que ocorre na reta final para o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025.

A peça orçamentária precisa ser enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional até o dia 31 deste mês.

Por enquanto, um dos efeitos dessa operação padrão mais intensa, que deve prosseguir após a assembleia marcada para amanhã, será o atraso na divulgação dos relatórios do Tesouro Nacional, que estavam previstos para esta semana, como os dados da dívida pública e do resultado fiscal do governo central, agendados para esta semana. Fontes, contudo, não confirmaram se os cálculos orçamentários que costumam ser feitos pelos técnicos do órgão vão atrasar o Ploa. A entrega e a divulgação do Orçamento de 2025 estão previstas para a próxima sexta-feira e, por enquanto, o cronograma não foi alterado.

Contudo, de acordo com o presidente da Unacon Sindical, Rudinei Marques, a deliberação, agora, é operação padrão máxima e greve intermitente. "O Tesouro Nacional vai atrasar o máximo possível o Ploa, mas o governo vai pressionar. Vamos ver no que dá", informou o sindicalista ao Correio.

Segundo ele, haverá mobilização dos servidores do Tesouro e da CGU durante toda a semana.

E, nos dias 27 e 28, o comando orienta a interrupção das atividades, sendo que, no dia 27, deverá ser registrada "greve" nos sistemas eletrônicos e, no dia 28, será realizada a assembleia.

Assembleia A Unacon Sindical, entidade que reúne os servidores das carreiras de Finanças e Controle da Administração Federal, realizou assembleia geral, na última sexta-feira, e encaminhou uma carta ao secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, recusando a proposta final da pasta. A assembleia deliberou pela intensificação da mobilização, que envolve entrega de cargos, operação

padrão máxima e até greve.

Participaram da assembleia 2.776 servidores e, desse total, 1.303 votaram pela aceitação e 1.462, pela rejeição da proposta do Ministério da Gestão. Houve 11 abstenções.

De acordo com o presidente da entidade, a negociação com o MGI tem sido bastante difícil.

"Pelo documento que encaminhamos para eles, a partir da assembleia, destacamos o tratamento desrespeitoso do secretário.

Eles nos receberam em janeiro e, seis meses depois, deram uma devolutiva e disseram que era a proposta final, cheio de ameaças, sem possibilidade de negociação", lamentou Marques.

Na avaliação do sindicalista, muitas categorias se submeteram aos acordos diante do ultimato que foi dado pelo ministério para eles não ficarem sem nada de reajuste em 2025 e em 2026. "Temos plena consciência da importância das nossas atribuições e não vamos deixar um secretário desqualificado exigir que se submeta a uma avaliação tosca da realidade", afirmou.

A carta da Unacon Sindical encaminhada ao MGI destacou ainda que as pautas históricas da carreira, como a exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC) foram ignoradas "com motivos que atestam desconhecimento dessa Secretaria das atribuições e complexidade do cargo, e representam o descumprimento do Termo de Acordo nº 25, firmado em 22/12/2015 entre este Sindicato e a União".

Além disso, o documento informou que houve "imposição do alongamento das tabelas da carreira de 13 para 20 níveis" e "da falta de uma discussão mais profunda sobre assimetrias remuneratórias entre a Carreira de Finanças e Controle, que atua em áreas estratégicas e essenciais ao Estado brasileiro e tem um papel fundamental na melhoria da qualidade do gasto público e no combate à corrupção, e outras de igual complexidade".

Proposta do MGI Procurado, o MGI informou que as entidades representativas dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle "participaram da mesa de negociação temporária e específica do chamado Ciclo de Gestão, na qual todas as demais

carreiras já assinaram acordo com o governo".

Desde julho, a pasta vem negociando com os servidores um acordo de reajuste escalonado entre 2025 e 2026 a fim de incluir alguma previsão no Ploa. As categorias que não fecharem os acordos não terão reajuste salarial no ano que vem.

De acordo com a pasta, "pela proposta, o ganho acumulado aos servidores varia de 19,49% a 23% para o período de 2025 a 2026". "O governo comunicou a todas as categorias que ainda avaliam as propostas de reestruturação remuneratória que podem ficar de fora da previsão para reajuste das carreiras em 2025, dada a urgência de envio ao Congresso Nacional dos projetos de lei em consonância com o Ploa, que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto", complementou a nota do MGI.

Novos acordos O MGI informou ainda que assinou, ontem, o acordo com os servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), concluindo 40 acordos com as categorias da Administração Federal. Outras categorias, como as do Instituto Nacional do Seguro social (**INSS**), ainda não foram fechadas e, de acordo com o órgão, até amanhã, serão firmados acordos com outros dois órgãos: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Temos plena consciência da importância das nossas atribuições e não vamos deixar um secretário desqualificado exigir que se submeta a uma avaliação tosca da realidade" Rudinei Marques, presidente do Unacom Sindical

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6340/27-08-2024.html?all=1>

STF paralisa análise sobre benefício do INSS e ITCMD

Laura Ignacio e Arthur Rosa De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu ontem dois importantes julgamentos: um envolve a "revisão da vida toda" e o outro a incidência do ITCMD sobre os planos de previdência privada VGBL e PGBL em caso de morte do titular. O primeiro por pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes e o segundo após pedido de vista de Gilmar Mendes.

Ambas as análises aconteciam no Plenário Virtual. O julgamento sobre o cálculo das aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terá que começar do zero no plenário físico. Já a votação relativa à incidência do ITCMD sobre os planos de previdência privada deverá continuar em até 90 dias úteis, que é o prazo para a volta de um processo à pauta após apresentação de pedido de vista.

Em março, o Supremo derrubou a possibilidade de aplicação da "revisão da vida toda" nas aposentadorias, por considerar a regra de transição da reforma da Previdência do governo de Fernando Henrique Cardoso obrigatória e não opcional. Essa regra de transição, da Lei nº 9.876, de 1999, limitou a quem já contribuía à **Previdência Social** incluir os salários pagos a partir do ano de 1994 no cálculo do benefício. Agora, recursos de embargos de declaração tentam mudar o efeito da decisão, beneficiando os aposentados.

Neste processo, os ministros Nunes Marques (relator), Cristiano Zanin, Flávio Dino e Cármen Lúcia já haviam votado pela manutenção do julgamento (ADI 5.704 ED e ADI 6.317 ED). No plenário físico, porém, eles podem mudar o voto e os demais ministros da Corte também votarão, com debates.

"Com o destaque, não há previsão de quando o novo julgamento deve ocorrer, mas o cenário que estava se formando era negativo para os aposentados, então a retirada da sessão está sendo bem vista por eles", afirma Cristiane Matsumoto, especialista em direito previdenciário do Pinheiro Neto Advogados.

Se a revisão da vida toda fosse aceita pelo STF, a União estimava um custo potencial de R\$ 480 bilhões, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. Para o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), porém, esse valor seria de R\$

1,5 bilhão.

Já no processo sobre o ITCMD, não há estimativa de custo. O placar está em três votos contra a tributação, apresentados pelo relator, Dias Toffoli, e pelos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino (RE 1363013).

Toffoli votou contra a tributação dos planos. O argumento central é que o VGBL e o PGBL, na transmissão a herdeiros, passam a funcionar como verdadeiro seguro de vida.

Nesse caso, diz Toffoli, deveria ser aplicado o artigo 794 do Código Civil. O dispositivo estabelece que "no seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito as dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187967>

Revisão da Vida Toda pode ter reviravolta

RIO

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) inviabilizar a chamada Revisão da Vida Toda dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), o ministro Alexandre de Moraes pediu destaque no julgamento de recurso contra a decisão.

Isso significa, na prática, que o tema será discutido no plenário físico. Especialistas ouvidos pelo jornal Extra explicaram como essa medida pode reverter a última decisão do Supremo.

A revisão foi inviabilizada, em março, quando o STF decidiu anular a possibilidade de os segurados escolherem o regime mais benéfico para sua aposentadoria no **INSS**.

Como resposta, embargos de declaração, uma espécie de recurso para esclarecer pontos do julgamento, foram apresentados pelo Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM).

Antes do pedido de Moraes, quatro ministros haviam votado para rejeitar o recurso: o relator, Nunes Marques, e Cristiano Zanin, Flávio Dino e Cármen Lúcia.

Para João Badari, advogado e diretor do Ieprev, a possibilidade de debater os custos da revisão é uma esperança para os aposentados e pensionistas que já haviam ajuizado o processo.

Conforme o recurso, desenvolvido pelo instituto, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que a revisão custaria cerca de 162 vezes menos do que o valor calculado pelo governo.

"Os ministros vão poder debater o custo da ação, na qual apresentamos pareceres muito bem elaborados no processo, com dados trazidos pelo **INSS** e CNJ. Esses documentos demonstraram que o custo dessa modulação de efeitos seria de, no máximo, R\$ 3,1 bilhões em uma década, algo facilmente suportado pelo **INSS**, porque o governo estimava meio trilhão de reais", explicou Badari.

Mesmo com o encaminhamento ao plenário, Diego Cherulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), não vê possibilidade de reversão da decisão dos ministros do STF.

"Moraes sempre se mostrou controverso em relação ao que estava acontecendo na estratégia processual. Mas, infelizmente, não vejo saída para o tema. É uma tentativa. Ele vai ter de contar com os votos dos ministros presentes. Os três que votaram a favor se aposentaram, e os novos dificilmente vão mudar."

MORAES pediu destaque, em tentativa que pode reverter decisão e liberar o recálculo que favorece aposentados

ENTENDA

O que é a revisão da vida toda?

Em 2022, o STF reconheceu o direito de aposentados que entraram na Justiça pedindo que seus benefícios fossem recalculados com base em todas as contribuições previdenciárias feitas ao longo de sua vida laboral.

Até então, o cálculo era feito com base apenas na remuneração desses trabalhadores a partir de julho de 1994, quando foi implantado o Plano Real, dando fim à hiperinflação. Ou seja, a partir do momento em que o real passou a ser a moeda corrente do País.

A "revisão da vida toda" do **INSS** só valeria para quem se aposentou entre 29 de novembro de 1999 e 12 de novembro de 2019, data da última reforma da Previdência.

Como ficou julgamento do STF?

Após a decisão de 2022 do STF, a primeira em favor da "revisão da vida toda", o **INSS** recorreu, e a revisão não entrou em vigor. O órgão alegou que era preciso estabelecer alguns parâmetros antes de se aplicar qualquer correção aos benefícios previdenciários. O **INSS** queria restringir os efeitos da decisão porque isso teria um forte impacto financeiro nas contas da **Previdência Social**, que já é deficitária.

Quem teria direito?

A revisão nos valores dos benefícios, se estivesse em vigor, beneficiaria os contribuintes com os seguintes requisitos:

TER SE APOSENTADO (recebido o primeiro pagamento de aposentadoria) há menos de dez anos. Depois disso, caduca o prazo para ter direito à revisão. Isso porque existe um prazo decadencial (a partir da

concessão do benefício) para entrar com qualquer pedido de revisão de valor.

TER SE APOSENTADO entre 29 de novembro de 1999 e 12 de novembro de 2019, data da última reforma da Previdência.

TER COMEÇADO a trabalhar de maneira formal (ou seja, com carteira de trabalho assinada ou contribuindo para o **INSS** como autônomo) antes de julho de 1994.

Do País de jovens ao de idosos (Artigo)

Dirceu Cardoso Gonçalves

Daqui a 17 anos - em 2041 - a população brasileira deixará de crescer e passará a encolher. A previsão é do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o órgão encarregado de realizar o Censo e desenvolver as políticas populacionais.

Segundo a estimativa, a nossa população chegará, naquele ano, a contar 220.425.299 habitantes e começará a diminuir, regredindo a 199.228.708 no ano de 2.070. O fenômeno se dará em razão da queda no número de nascimentos, o que levará o volume de óbitos (dos idosos, desgastados pelo tempo) ser maior do que o de novos brasileiros.

O envelhecimento do povo já vem sendo registrado há décadas pelos levantamentos do próprio IBGE. Denomina-se bônus demográfico a existência de mais jovens que idosos; os primeiros, em idade produtiva, contribuem para a expansão da economia nacional, enquanto os outros, têm problemas porque já saíram da faixa laboral e tendem a elevar as despesas com saúde, **previdência social** etc.

Estima-se que o bônus demográfico, presente na economia nacional nos últimos 50 anos, estará exaurido antes de 2030, quando a maior parcela da população já será composta por idosos. A mudança do perfil etário decorre da opção das famílias por terem menor número de filhos e de, no outro extremo, os idosos viverem mais, favorecidos pelos avanços nos tratamentos de saúde e na disponibilidade de medicamentos.

Ocorridas as alterações previstas, o Brasil deixará de ser o País jovem de tantas gerações, para se converter na nova nação de idosos. Governos, parlamentares, lideranças da sociedade e a população como um todo que se preparem para o novo tempo. Levem em consideração que teremos menos jovens para trabalhar fisicamente, mas a tecnologia nos legou computadores, processos automatizados, Inteligência Artificial e outros sistemas onde a máquina trabalha e proporciona produção e rendimento maior do que o ser humano. Um exemplo disso é a indústria sucroalcooleira que utilizava milhares de cortadores de cana e hoje faz tudo com máquinas até controladas por satélite e de produção muito superior.

Continuam (e até aumentam) o rendimento empresarial e a arrecadação de **impostos** pelos governos.

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial e começou pelas potências.

Todo país onde a economia de mercado se instala, até por razão econômica, tem famílias cada dia menos numerosas e idosos mais longevos como decorrência do avanço da medicina e de fatores econômico-ambientais. China, Índia, EUA, Japão e Rússia vivem há tempos esse fenômeno que se avizinha no Brasil e outras nações. Suas soluções poderão nos atender. É conveniente pesquisar- las...

Dirceu Cardoso Gonçalves é dirigente da Aspomil (Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo).

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_65E2176382DC55FB38BC65F7F1EB6F1BEDD7E14518D00ED48532CB9F4507FD63400CDCDD5E7F8381B34C05CE7D366374D51AC6F9B7E8F798D042F5CCA6606E8585F1C7CF0C3C9631678E3E67A1631130572236514F76711CDDC5FB7BC775C8F23A083A0CB8EE73479D02356BA87751A6EF2369A05AC56ECA215305926F86D

Greve dos servidores do Tesouro Nacional pode atrasar Orçamento de 2025

Rosana Hessel

+

Servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU) vão parar as suas atividades hoje e amanhã. A greve é uma resposta à proposta de reajuste salarial apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na última sexta-feira.

Ontem, eles já intensificaram a operação padrão, o que ocorre na reta final para o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. A peça orçamentária precisa ser enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional até o dia 31 deste mês.

Por enquanto, um dos efeitos dessa operação padrão mais intensa, que deve prosseguir após a assembleia marcada para amanhã, será o atraso na divulgação dos relatórios do Tesouro Nacional, que estavam previstos para esta semana, como os dados da dívida pública e do resultado fiscal do governo central, agendados para esta semana. Fontes, contudo, não confirmaram se os cálculos orçamentários que costumam ser feitos pelos técnicos do órgão vão atrasar o Ploa. A entrega e a divulgação do Orçamento de 2025 estão previstas para a próxima sexta-feira e, por enquanto, o cronograma não foi alterado.

Contudo, de acordo com o presidente da Unacom Sindical, Rudinei Marques, a deliberação, agora, é operação padrão máxima e greve intermitente. O Tesouro Nacional vai atrasar o máximo possível o Ploa, mas o governo vai pressionar. Vamos ver no que dá, informou o sindicalista ao Correio.

Segundo ele, haverá mobilização dos servidores do Tesouro e da CGU durante toda a semana. E, nos dias 27 e 28, o comando orienta a interrupção das atividades, sendo que, no dia 27, deverá ser registrada greve nos sistemas eletrônicos e, no dia 28, será realizada a assembleia.

A Unacon Sindical, entidade que reúne os servidores das carreiras de Finanças e Controle da Administração Federal, realizou assembleia geral, na última sexta-feira, e encaminhou uma carta ao secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, recusando a proposta final da pasta. A assembleia deliberou pela intensificação da mobilização, que envolve entrega de cargos, operação padrão máxima

e até greve. Participaram da assembleia 2.776 servidores e, desse total, 1.303 votaram pela aceitação e 1.462, pela rejeição da proposta do Ministério da Gestão. Houve 11 abstenções.

De acordo com o presidente da entidade, a negociação com o MGI tem sido bastante difícil. Pelo documento que encaminhamos para eles, a partir da assembleia, destacamos o tratamento desrespeitoso do secretário. Eles nos receberam em janeiro e, seis meses depois, deram uma devolutiva e disseram que era a proposta final, cheio de ameaças, sem possibilidade de negociação, lamentou Marques.

Na avaliação do sindicalista, muitas categorias se submeteram aos acordos diante do ultimato que foi dado pelo ministério para eles não ficarem sem nada de reajuste em 2025 e em 2026. Temos plena consciência da importância das nossas atribuições e não vamos deixar um secretário desqualificado exigir que se submeta a uma avaliação tosca da realidade, afirmou.

A carta da Unacon Sindical encaminhada ao MGI destacou ainda que as pautas históricas da carreira, como a exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC) foram ignoradas com motivos que atestam desconhecimento dessa Secretaria das atribuições e complexidade do cargo, e representam o descumprimento do Termo de Acordo nº 25, firmado em 22/12/2015 entre este Sindicato e a União.

Além disso, o documento informou que houve imposição do alongamento das tabelas da carreira de 13 para 20 níveis e da falta de uma discussão mais profunda sobre assimetrias remuneratórias entre a Carreira de Finanças e Controle, que atua em áreas estratégicas e essenciais ao Estado brasileiro e tem um papel fundamental na melhoria da qualidade do gasto público e no combate à corrupção, e outras de igual complexidade.

Procurado, o MGI informou que as entidades representativas dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle participaram da mesa de negociação temporária e específica do chamado Ciclo de Gestão, na qual todas as demais carreiras já assinaram acordo com o governo. Desde julho, a pasta vem negociando com os servidores um acordo

de reajuste escalonado entre 2025 e 2026 a fim de incluir alguma previsão no Ploa. As categorias que não fecharem os acordos não terão reajuste salarial no ano que vem.

De acordo com a pasta, pela proposta, o ganho acumulado aos servidores varia de 19,49% a 23% para o período de 2025 a 2026. O governo comunicou a todas as categorias que ainda avaliam as propostas de reestruturação remuneratória que podem ficar de fora da previsão para reajuste das carreiras em 2025, dada a urgência de envio ao Congresso Nacional dos projetos de lei em consonância com o Ploa, que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto, complementou a nota do MGI.

O MGI informou ainda que assinou, ontem, o acordo com os servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), concluindo 40 acordos com as categorias da Administração Federal. Outras categorias, como as do Instituto Nacional do Seguro social (**INSS**), ainda não foram fechadas e, de acordo com o órgão, até amanhã, serão firmados acordos com outros dois órgãos: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Servidores do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União (CGU) vão parar as suas atividades hoje e amanhã. A greve é uma resposta à proposta de reajuste salarial apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na última sexta-feira.

Ontem, eles já intensificaram a operação padrão, o que ocorre na reta final para o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. A peça orçamentária precisa ser enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional até o dia 31 deste mês.

Por enquanto, um dos efeitos dessa operação padrão mais intensa, que deve prosseguir após a assembleia marcada para amanhã, será o atraso na divulgação dos relatórios do Tesouro Nacional, que estavam previstos para esta semana, como os dados da dívida pública e do resultado fiscal do governo central, agendados para esta semana. Fontes, contudo, não confirmaram se os cálculos orçamentários que costumam ser feitos pelos técnicos do órgão vão atrasar o Ploa. A entrega e a divulgação do Orçamento de 2025 estão previstas para a próxima sexta-feira e, por enquanto, o cronograma não foi alterado.

Contudo, de acordo com o presidente da Unacon Sindical, Rudinei Marques, a deliberação, agora, é operação padrão máxima e greve intermitente. O Tesouro Nacional vai atrasar o máximo possível o Ploa, mas o governo vai pressionar. Vamos ver no que

dá, informou o sindicalista ao Correio.

Segundo ele, haverá mobilização dos servidores do Tesouro e da CGU durante toda a semana. E, nos dias 27 e 28, o comando orienta a interrupção das atividades, sendo que, no dia 27, deverá ser registrada greve nos sistemas eletrônicos e, no dia 28, será realizada a assembleia.

A Unacon Sindical, entidade que reúne os servidores das carreiras de Finanças e Controle da Administração Federal, realizou assembleia geral, na última sexta-feira, e encaminhou uma carta ao secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, recusando a proposta final da pasta. A assembleia deliberou pela intensificação da mobilização, que envolve entrega de cargos, operação padrão máxima e até greve. Participaram da assembleia 2.776 servidores e, desse total, 1.303 votaram pela aceitação e 1.462, pela rejeição da proposta do Ministério da Gestão. Houve 11 abstenções.

De acordo com o presidente da entidade, a negociação com o MGI tem sido bastante difícil. Pelo documento que encaminhamos para eles, a partir da assembleia, destacamos o tratamento desrespeitoso do secretário. Eles nos receberam em janeiro e, seis meses depois, deram uma devolutiva e disseram que era a proposta final, cheio de ameaças, sem possibilidade de negociação, lamentou Marques.

Na avaliação do sindicalista, muitas categorias se submeteram aos acordos diante do ultimato que foi dado pelo ministério para eles não ficarem sem nada de reajuste em 2025 e em 2026. Temos plena consciência da importância das nossas atribuições e não vamos deixar um secretário desqualificado exigir que se submeta a uma avaliação tosca da realidade, afirmou.

A carta da Unacon Sindical encaminhada ao MGI destacou ainda que as pautas históricas da carreira, como a exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC) foram ignoradas com motivos que atestam desconhecimento dessa Secretaria das atribuições e complexidade do cargo, e representam o descumprimento do Termo de Acordo nº 25, firmado em 22/12/2015 entre este Sindicato e a União.

Além disso, o documento informou que houve imposição do alongamento das tabelas da carreira de 13 para 20 níveis e da falta de uma discussão mais profunda sobre assimetrias remuneratórias entre a Carreira de Finanças e Controle, que atua em áreas estratégicas e essenciais ao Estado brasileiro e tem um papel fundamental na melhoria da qualidade do gasto público e no combate à corrupção, e outras de

igual complexidade .

Procurado, o MGI informou que as entidades representativas dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle participaram da mesa de negociação temporária e específica do chamado Ciclo de Gestão, na qual todas as demais carreiras já assinaram acordo com o governo . Desde julho, a pasta vem negociando com os servidores um acordo de reajuste escalonado entre 2025 e 2026 a fim de incluir alguma previsão no Ploa. As categorias que não fecharem os acordos não terão reajuste salarial no ano que vem.

De acordo com a pasta, pela proposta, o ganho acumulado aos servidores varia de 19,49% a 23% para o período de 2025 a 2026 . O governo comunicou a todas as categorias que ainda avaliam as propostas de reestruturação remuneratória que podem ficar de fora da previsão para reajuste das carreiras em 2025, dada a urgência de envio ao Congresso Nacional dos projetos de lei em consonância com o Ploa, que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto , complementou a nota do MGI.

O MGI informou ainda que assinou, ontem, o acordo com os servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), concluindo 40 acordos com as categorias da Administração Federal. Outras categorias, como as do Instituto Nacional do Seguro social (**INSS**), ainda não foram fechadas e, de acordo com o órgão, até amanhã, serão firmados acordos com outros dois órgãos: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/08/6928435-greve-dos-servidores-do-tesouro-nacional-pode-atrasar-orcamento-de-2025.html>

INSS para trabalhadores do lar: veja como contribuir e quais são os benefícios

Por Rayane Moura, g1

Donas de casa que contribuí regularmente para o **INSS** tem direito a incapacidade temporária, salário-maternidade, auxílio-reclusão, entre outros benefícios. - Foto: Vitolda Klein/Unsplash

Lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos são algumas das responsabilidades de pessoas que cuidam do lar. Mesmo sem carteira assinada ou remuneração, essa classe trabalhadora também tem direito à aposentadoria e outros benefícios previdenciários.

Porém, para ter acesso, é necessário contribuir regularmente ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ou ter contribuído por tempo suficiente na categoria de segurado facultativo.

Estudantes e trabalhadores que estão desempregados também se enquadram nessa categoria. Abaixo, entenda:

Como contribuir? Quais são os benefícios? Quais são os tipos de contribuição? Como efetuar o pagamento ao **INSS**?

1 - Como contribuir?

Para quem nunca teve vínculo empregatício registrado, é necessário fazer a inscrição pela Central 135 ou acessar o Meu **INSS** - site ou aplicativo - e clicar no botão "Inscrever no **INSS**".

Mas quem já trabalhou com carteira assinada pode usar o número do PIS/PASEP.

Os pagamentos podem ser mensais ou trimestrais e os valores podem variar entre 5%, 11% e 20% do salário-mínimo.

2 - Quais são os benefícios?

Além da aposentadoria, outros benefícios também são garantidos por lei às pessoas que se dedicam aos cuidados com o lar e contribuem para ao **INSS** na categoria de segurado facultativo, como:

Auxílio por incapacidade temporária; Salário-maternidade; Auxílio-reclusão; Pensão por morte para

os dependentes.

3 - Quais são os tipos de contribuição?

Segundo o **INSS**, o valor mensal a ser pago não é de acordo com a remuneração, mas é determinado pelo próprio contribuinte. Porém, é necessário respeitar os limites mínimo e máximo de salários de contribuição da **Previdência Social**. Entenda como funciona:

Pagamento de 5% do salário-mínimo

Essa modalidade é exclusiva para homens ou mulheres de famílias de baixa renda, que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico na sua residência, e não têm renda própria.

O valor pago é 5% do salário-mínimo (R\$1412,00 em 2024), que hoje equivale a R\$70,60. Nesta modalidade, os benefícios não podem ultrapassar o valor de um salário-mínimo. Para ter direito, é necessário:

Não possuir renda própria de nenhum tipo (incluindo aluguel, pensão alimentícia, pensão por morte, entre outros valores); Não exercer atividade remunerada e dedicar-se apenas ao trabalho doméstico, na própria residência; Possuir renda familiar de até dois salários-mínimos (bolsa família não entra para o cálculo); Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), com situação atualizada nos últimos dois anos. A inscrição é feita junto ao Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) do município (veja como fazer). Pagamento de 11% do salário-mínimo

Quem não se enquadra nos requisitos de baixa renda pode optar pelo plano simplificado. Neste caso, o valor pago é 11% do salário-mínimo, que hoje equivale a R\$155,32. Assim como na modalidade anterior, os benefícios não podem ultrapassar o valor de um salário-mínimo.

Pagamento de 20% do salário-mínimo

Já a dona de casa que pretende receber uma aposentadoria mais alta que o salário-mínimo, conseqüentemente deve pagar uma contribuição maior. Nessa modalidade o pagamento inicia em 20% do salário-mínimo, e vai até 20% do teto previdenciário (R\$7.786,02). Ou seja: o pagamento varia entre

R\$282,40 e R\$1.557.

4 - Como efetuar o pagamento ao **INSS**?

O pagamento da contribuição ao **INSS** pode ser feito através da Guia da **Previdência Social** (GPS), que pode ser emitida pelo site da **Receita Federal**, no aplicativo Meu **INSS**, ou adquirida em papelarias.

O pagamento pode ser realizado em bancos, lotéricas e estabelecimentos conveniados. Para emitir o boleto, é necessário informar o código da contribuição escolhida. Os pagamentos podem ser mensais ou trimestrais.

Por se tratar de uma atividade não remunerada, o interessado é quem deve procurar o **INSS** e efetuar o pagamento das contribuições. Veja abaixo os códigos:

O pagamento vence todo dia 15 de cada mês, prorrogando-se para o próximo dia útil em caso de não haver expediente bancário. Segundo Danilo Schettini, advogado especialista em Direito Previdenciário, é fundamental manter as contribuições em dia para não prejudicar o direito e acesso aos benefícios.

"A ausência de contribuições pode atrasar ou impedir a concessão da aposentadoria e outros benefícios. É recomendável a dona de casa consultar um especialista em previdência para planejar as contribuições, garantindo que esteja contribuindo da forma mais vantajosa para a sua situação", completa.

O especialista ainda alerta: quem nunca pagou ao **INSS** não poderá se aposentar, já que no Brasil é exigindo um período mínimo de contribuições (veja as exigências estabelecidas pela reforma da Previdência).

Vale lembrar que a legislação não permite a antecipação das contribuições. Isso significa que, pessoas do lar não podem contribuir de uma só vez o que pagaria em um ano, por exemplo. Em caso de dúvidas, é necessário entrar em contato com o **INSS** pelo 135.

LEIA TAMBÉM:

CLT premium , CLT básico e PJ: entenda diferentes formas de trabalho e os benefícios de cada uma
INSS alerta que salário-maternidade pode ser pedido gratuitamente e sem intermediários; veja como

VEJA MAIS EM:

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/08/27/inss-para-trabalhadores-do-lar-veja-como-contribuir-e-quais-sao-os-beneficios.ghtml>

Frente Parlamentar dos Precatórios quer criar marco regulatório do setor - COLUNA BROADCAST

**CRISTIANE BARBIERI, CYNTHIA DECLOEDT E
ALTAMIRO SILVA JUNIOR / GABRIEL BALDOCCHI
(edição)**

A Frente Parlamentar Mista dos Precatórios, presidida pelo deputado federal Sergio de Souza (MDB-PR), começa a trabalhar no próximo mês na elaboração de projetos de lei para criar um marco regulatório para esse mercado. Precatórios são recebíveis de processos judiciais ganhos em última instância por pessoas e empresas contra a União, governos estaduais ou municipais. Um dos objetivos da frente é criar uma padronização para os precatórios e estruturar um arcabouço operacional, com direito a agência regulatória, que permita maior transparência e acesso à opção de investimento para investidores de varejo. O vice-presidente da Frente é o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), envolvido em projetos transformadores do mercado, como as debêntures de infraestrutura.

Potencial chega à casa do trilhão

Em dois anos, diz o presidente do Instituto Brasileiro de Precatórios (IBP), Gustavo Bachega, o volume negociado anualmente com este tipo de ativo tende a superar a casa do trilhão de reais. Foi o IBP que levou a proposta de criação da frente parlamentar a Brasília e atuará como uma espécie de apoiador dos trabalhos.

Anualmente são 100 mil ações na Justiça

Anualmente, chegam à Justiça em média 100 mil novas ações contra entes públicos, segundo Bachega.

Dos precatórios, 85% são alimentares, de processos por salários, proventos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte e invalidez de funcionários públicos. Eles têm prioridade no recebimento.

DA MESMA FAMÍLIA

Na fintech PaGol, pagar passagem da Gol com Pix vai render uma milha por real; CEO diz que objetivo é fazer as pessoas viajarem

TRANSPARÊNCIA. "Quero criar um ambiente de negócio seguro, democrático, que pode ser inclusive similar ao modelo de uma Bolsa", diz Bachega. Segundo ele, a falta de transparência é tão grande que nem mesmo o valor de um precatório tem um cálculo único, variando entre ente público envolvido, tribunal e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

PROFISSIONAIS. Bachega afirma que o mercado é hoje controlado por uma minoria de bancos, fundos de investimento e empresas especializadas e está disponível apenas para investidores profissionais, com mais de R\$ 10 milhões em recursos livres para investir. As pessoas físicas investem em precatórios somente por meio de fundos, que normalmente têm estratégias de risco variadas e alocam uma pequena fatia nesses papéis.

PREVISÃO. O pagamento dos precatórios é previsto em Lei Orçamentária Anual e não pode ser cancelado com contingenciamentos durante o ano em curso. De acordo com Bachega, os precatórios ainda têm baixa volatilidade, compensando as flutuações de outros ativos mais suscetíveis às condições de mercado, como ações e câmbio, por exemplo.

POLÍTICAS PÚBLICAS. Criado em 2020 para estimular o mercado de precatórios, o IBP é uma organização sem fins lucrativos.

Além de influenciar na criação de políticas públicas, o objetivo é dar transparência ao assunto e aumentar a educação em torno dele. Bachega é também sócio da Original Precatórios, uma das maiores empresas do setor.

PRÊMIO PIX. A PaGol, fintech dos irmãos Constantino, a mesma família que fundou a companhia aérea Gol, e que em novembro completa dois anos de operação, ficou conhecida por dar milhas em todos os serviços e transações bancárias, como pagamento de boletos e mesmo para o dinheiro que fica parado na conta. A partir de agora, em novo serviço que será anunciado, quem pagar passagens da companhia aérea da Gol com Pix vai receber o mesmo valor em milhas.

"FINTRAVEL". A estratégia de dar milhas para pagamentos no Pix, na razão de uma por cada real gasto, ou seja, maior que nos cartões de crédito - que costuma ser de duas ou no máximo três milhas, mas por dólar gasto -, é uma das novas ofensivas da fintech, que a companhia prefere chamar de "fintravel", e prepara produtos agora com foco em crédito.

ORIGEM. "Nosso propósito é fazer a pessoa viajar", afirma o CEO da PaGol, Ravel Lage.

Criada dentro da Smiles, a empresa de milhas da Gol, a fintech foi separada posteriormente, mas não perdeu a estratégia central. Em novembro de 2022, começou a operar de forma independente, já com a licença do Banco Central como uma Sociedade de Crédito Direto (SCD).

OUTRAS FRENTES. A fintech recentemente começou a mostrar ao mercado o consignado, chegando a uma carteira de R\$ 140 milhões. Agora busca parcerias no mercado para esse tipo de empréstimo e estuda também lançar um financiamento próprio de passagens aéreas, previsto para 2025.

SOBE

Crédito imobiliário do SBPE cresceu 63,4% em julho

A Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) divulgou ontem que os financiamentos imobiliários com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) somaram R\$ 17,97 bilhões em julho, alta de 5,9% em relação a junho e de 63,4% sobre julho de 2023. Nos primeiros sete meses de 2024, o volume financiado foi de R\$ 100,1 bilhões, um crescimento de 14,1%.

DESCE

Ação da CVC recua 8% e lidera baixas do Ibovespa

A ação da CVC caiu 8% ontem e liderou as baixas do Ibovespa.

O papel vive uma "montanha-russa" desde a semana passada, quando saltou mais de 12% com o aumento da participação da gestora WNT. Agora, reage à notícia de que a WNT reduziu a participação para 3,34%. "A notícia pesa. Além disso, a empresa tem pouca liquidez, o que justifica a volatilidade", diz o sócio da L4 Capital, Hugo Queiroz. A ação ainda sobe mais de 14% no mês.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Lira libera votações remotas

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dispensou a presença dos deputados em Brasília nesta semana. A Casa realiza até esta quarta-feira o segundo esforço concentrado durante o período de campanha para as eleições municipais. As votações no plenário, contudo, poderão ser feitas de forma remota, por um aplicativo.

Estão pendentes de votação os destaques do segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** e o projeto de lei que garante o funcionamento do Acredita, programa de crédito para microempresas e microempreendedores individuais (MEIs) lançado pelo governo em abril.

Em outras ocasiões, Lira já dispensou o registro biométrico de presença de deputados para garantir um quórum maior para votações, em momentos nos quais os parlamentares não estavam em Brasília. No entanto, a liberação da presença pode significar também um esvaziamento das votações.

A decisão ocorre em meio a um impasse entre os três Poderes, com uma ofensiva do Judiciário sobre as emendas parlamentares.

Na semana passada, Supremo Tribunal Federal (STF), Congresso e Palácio do Planalto fizeram um acordo para dar mais transparência e rastreabilidade ao repasse desses recursos.

O Legislativo, contudo, ainda precisa apresentar uma proposta com novas regras. O ministro Flávio Dino, do STF, suspendeu a execução das emendas até que o Congresso garanta mudanças no manejo desses repasses.

Também está no radar um eventual anúncio de Lira sobre o candidato que apoiará para sua sucessão na presidência da Câmara. O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), é considerado o favorito do deputado alagoano, mas também disputam o líder do PSD, Antonio Brito (BA), e o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP).

Alguns deputados consideram que Lira só terá condições de bancar um candidato após a resolução do impasse das emendas, já que o modelo de negociação das emendas de comissão, controladas pelo Centrão, foi colocado em xeque pelo STF - e as articulações políticas internas da Câmara passam pela distribuição desses recursos.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17996>

STF suspende julgamento de imposto sobre herança

I LAVÍNIA KAUCZ/BRASÍLIA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista - tempo para análise - no julgamento que discute se o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) incide sobre o repasse dos valores de planos de previdência privada em razão da morte do titular. Ele tem até 90 dias para devolver o processo para julgamento. Até a suspensão, o placar estava em 3 a 0 contra a incidência do imposto.

O tema também é discutido na regulamentação da **reforma tributária**. O texto aprovado na Câmara dos Deputados estipula cobrança do imposto sobre herança nos planos de previdência privada, mas com diferenças entre PGBL e VGBL. Enquanto no VGBL o Imposto de Renda incide apenas sobre rendimentos, no PGBL o imposto incide sobre o valor total a ser resgatado ou recebido sob a forma de renda.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Contribuinte com débito tem até 5 de novembro para regularizar ICMS

LULA BONFIM

Os contribuintes baianos têm até o dia 5 de novembro para regularizar a situação com o fisco estadual com o Novo Refis, uma forma de quitar débitos com o ICMS, de fatos geradores até 31 de dezembro de 2023. O desconto chega a até 95% dos valores correspondentes às multas por infração e aos acréscimos moratórios.

O programa de pagamento e parcelamento incentivado de débitos fiscais está em vigor desde a aprovação, por parte da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), de um projeto de lei encaminhado pelo governo do estado. A norma foi sancionada logo após pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT).

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da Rádio A TARDE FM, na manhã de ontem, o diretor de Arrecadação da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), Augusto Guenem, explicou a necessidade do Novo Refis e deu detalhes sobre a possibilidade de renegociação.

Pandemia

"Por conta da pandemia que teve, a gente identificou um aumento grande de débito, principalmente na parte do débito declarado, e nós submetemos ao governador a possibilidade do Refis e foi aprovado também no Con-faz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Então, temos 90 dias de prazo, até o dia 5 de novembro, oportunizando nossos contribuintes devedores a pagarem seus débitos do ICMS", afirmou o diretor.

Guenem ainda detalhou que, em linhas gerais, os descontos nas multas e na correção monetária são de 95% para o pagamento à vista, de 90% para acordos de 12 parcelas e 85% para parcelamentos em 24 vezes.

'Imposto preservado'

"Nós temos o perfil de todos os devedores. Tem devedor lá que deve R\$ 15, R\$20. E tem devedor de R\$ 200 milhões. Todos vão ter acesso ao Refis da mesma forma, com os mesmos descontos", disse Guenem.

"É importante a gente deixar claro que o desconto é somente na multa e na correção monetária. O valor do imposto fica preservado. A Secretaria da Fazenda não abre mão do imposto. A gente está abrindo mão da multa e da correção monetária", reforçou o representante da Sefaz.

Questionado se o Refis não daria vantagens para pessoas que, costumeiramente, não pagam dívidas, Guenem negou e lembrou que o programa não é uma regra na administração pública, tendo sido motivado em 2024 por um contexto específico ligado à pandemia de Covid-19.

"Nós estamos há sete anos sem nenhum Refis. Não é uma coisa que a Secretaria da Fazenda goste de fazer. É uma ação em último caso que a gente termina usando. Provavelmente, será o último Refis antes da **Reforma Tributária**, então é uma oportunidade grande que a gente sinaliza aos nossos contribuintes devedores", defendeu o dirigente.

"A Secretaria da Fazenda tem outros instrumentos que coíbem a falta do pagamento. A gente pode protestar, ajuíza ação, o contribuinte devedor perde benefícios fiscais. Então, existem outros instrumentos de cobrança que a Secretaria da Fazenda usa para inibir essa conduta", disse Guenem.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_EC9E753E5F6A39D5781FA7DE7762C05A32F4F9914D2F944A0280DEA0AEFFDB3F18A34405BD12341AA4F574BA9DDBCF9DA68888329020E9557E71172B4886A516F45EC328E88DE65D5CACE9057352157BDC21DE51F2E1E85B88A5804C8F44EE62E80CA19B721CFF0D2D36652F8141E38251306C350F853B6FA3D74

Medida leva botijões a 20 milhões de famílias

Brasília - O governo federal anunciou que fornecerá botijões de gás para mais de 20 milhões de famílias até dezembro de 2025. A medida reforça iniciativas governamentais que veem no setor energético "papel estratégico para que o Estado cumpra suas funções sociais", afirmou o presidente Lula ontem durante a cerimônia de lançamento da Política Nacional de Transição Energética. "Nesse sentido, a transição energética representa a oportunidade que o país não pode perder", discursou o presidente em meio a críticas sobre a forma como a Eletrobras foi privatizada.

"O setor privado tem de ser bom, e o Estado tem de ser bom.

Eu não quero Estado máximo e nem Estado mínimo. Eu quero um Estado que cumpre com a sua função de Estado. E a função de Estado é fazer sentir que todos possam participar das coisas que esse país consegue produzir", enfatizou Lula.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou que a Política Nacional de Transição Energética vai integrando políticas e ações. "Teremos a missão de combater a pobreza energética e por isso ampliamos o acesso ao gás de cozinha.

O governo federal vai fornecer o botijão de gás de cozinha para mais de 20 milhões de famílias até dezembro de 2025", previu.

O governo destacou em nota que o programa Gás para Todos "vai impulsionar o cozimento limpo e a substituição da lenha".

Também presente no evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "essa energia nova terá efeitos positivos no campo, na indústria e, com a **reforma tributária**, também no ambiente de negócios".

"Anunciamos algumas medidas aqui. E ainda temos que fazer nova política de mineração, porque a nossa está superada.

Sabemos a importância que ela tem para encontrarmos, em meio a esses minerais críticos que temos, formas de enriquecer e criar condições, de ser outro passaporte para que o povo brasileiro possa

crescer, assim como foi o pré-sal", enfatizou Lula.

A política anunciada ontem deverá reforçar o compromisso do governo federal não apenas com a redução das emissões de gases do efeito estufa, mas também com a geração de oportunidades de emprego, "cuidando da segurança do suprimento e do combate às desigualdades sociais e regionais".

POLÍTICA NACIONAL DE TRANSIÇÃO

A Política Nacional de Transição Energética foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A expectativa é que o país tenha, em 10 anos, R\$ 2 trilhões em investimentos na "economia verde", o que deve resultar em 3 milhões de empregos.

Será criado o Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), com a participação da sociedade discutindo o tema.

O Plano Nacional de Transição Energética (Plante) será a ação propriamente dita.

O Plante será trabalhado no âmbito da política energética articulada com iniciativas como PAC, Plano Clima, Nova Indústria Brasil e Pacto pela Transformação Ecológica.

O Plante tem dois eixos. O primeiro, de abordagem setorial, contempla indústria, transporte, energia elétrica, petróleo e gás natural. O segundo, de abordagem transversal, é focado em marcos legais e regulatórios, combate à pobreza energética e criação de ambiente atrativo para investimentos.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11186>

Governo oferecerá gás de cozinha para 20 milhões de famílias

Agência Brasil

O governo federal anunciou que fornecerá botijões de gás para mais de 20 milhões de famílias até dezembro de 2025. A medida reforça iniciativas governamentais que veem, no setor energético, papel estratégico para que o Estado cumpra suas funções sociais, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta segunda-feira (26), durante a cerimônia de lançamento da Política Nacional de Transição Energética.

Nesse sentido, "a transição energética representa oportunidade que o país não pode perder", discursou o presidente, em meio a críticas sobre a forma como a Eletro-bras foi privatizada - o que, na avaliação dele, foi, da forma como foi conduzida, crime de lesa-pátria.

"Esse negócio de destruir tudo que o Estado pode fazer, achando que o setor privado é melhor é mentira. O setor privado tem de ser bom; e o Estado tem de ser bom.

Eu não quero Estado máximo nem Estado mínimo. Eu quero um Estado que cumpre com a sua função de Estado. E a função de Estado é fazer sentir que todos possam participar das coisas que esse país consegue produzir", argumentou o presidente.

Lula disse ter "sonhado" que a Eletrobras conseguiria ser tão importante quanto a Petróbras para o Brasil, e que foi "com muita tristeza" que, ao retornar à Presidência da República, se deparou com a forma como a estatal foi privatizada. "Na verdade, não a privatizaram. Cometeram um crime de lesa-pátria contra o povo brasileiro, entregando uma empresa dessa magnitude. Se não fosse a Eletrobras, a gente não tinha [as usinas hidrelétricas de] Belo Monte, Santo Antônio, Jirau", disse.

Gás para Todos - Segundo Lula, empresas estratégicas como estas têm grande função social. No entanto, se nas mãos do setor privado, acabam tendo outras prioridades. "A gente [governo] é obrigado a fazer política social. Quando fazemos política de gás, é porque o gás, hoje, tem de ser instrumento da cesta básica do povo brasileiro, que muitas vezes não consegue comprar o botijão, que sai da Petrobras a R\$ 36 e é vendido em alguns estados a R\$ 140".

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira,

destacou que a Política Nacional de Transição Energética constrói o presente e garante o futuro, integrando políticas e ações governamentais.

"Nós teremos a missão de combater a pobreza energética e por isso hoje historicamente ampliamos o acesso ao gás de cozinha. O governo federal vai fornecer o botijão de gás de cozinha para mais de 20 milhões de famílias até dezembro de 2025. [O Gás para Todos] É o maior programa de acesso ao cozimento limpo do mundo. Vamos impulsionar o cozimento limpo e a substituição da lenha", discursou Alexandre Silveira.

Também presente no evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "essa energia nova terá efeitos positivos no campo, na indústria e, com a **reforma tributária**, também no ambiente de negócios".

"Nós não vamos jogar fora a oportunidade da transição energética que o Brasil tem agora. Temos tudo que a natureza pode nos oferecer, gente capacitada tecnicamente e mão de obra qualificada para isso. Esse momento é mais uma oportunidade que se apresenta para o Brasil", complementou Lula.

"Anunciamos algumas medidas aqui, na questão da transição energética. E ainda temos de fazer uma nova política de mineração, porque a nossa está superada. Sabemos a importância que ela tem para vermos, em meio a esses minerais críticos que nós temos, uma forma de enriquecer e criar condições de ser outro passaporte, para que o povo brasileiro possa crescer, como foi o Pré-Sal", acrescentou.

Reforma tributária: Câmara deve finalizar votação de texto que prevê imposto sobre herança de previdência privada

A Câmara dos Deputados deve finalizar nesta terça-feira a votação do segundo texto de regulamentação da **Reforma Tributária**. O projeto prevê a definição de regras e estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), órgão que vai organizar a arrecadação e redistribuição do tributo, além de calcular créditos das empresas. A proposta também determina que os planos de previdência privada passarão a pagar Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

O tributo é cobrado quando bens são transferidos de titularidade por heranças. Atualmente, alguns estados já cobram ITCMD sobre planos de previdência privada - do tipo VGBL e PGBL - no momento da transferência para herdeiros. Mas não há uma regra uniforme.

A medida pode ser derrubada por meio da aprovação de um destaque do deputado Domingos Neto (PSD-CE), que pede a votação em separado do trecho do projeto que determina a cobrança do tributo para planos de previdência.

Conselho Superior

O projeto prevê ainda a participação do contribuinte no chamado Conselho Superior, por meio de Federações e Associações de setores empresariais. A versão enviada pelo governo à Câmara determinava que apenas auditores fiscais públicos fariam parte do Conselho.

O Conselho Superior será a instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do IBS, composto por vinte e sete membros, representando cada Estado e o Distrito Federal e de outros vinte e sete membros, representando o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal.

O primeiro projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** foi aprovado pela Câmara em julho e está no Senado para análise dos senadores.

O novo sistema de **impostos** criará o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que unirá PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Depois da arrecadação, o IVA será dividido em duas partes, chamado de IVA dual. Uma

delas irá se tornar o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), destinado para a União, e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para estados e municípios.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/27/reforma-tributaria-camara-deve-finalizar-votacao-de-texto-que-preve-imposto-sobre-heranca-de-previdencia-privada.ghtml>

Ampliação de programa pode criar gasto obrigatório e ferir lei fiscal

BIANCA LIMA E MARIANA CARNEIRO

Num momento em que a equipe econômica é cobrada a apresentar propostas de longo prazo para o corte de despesas, o anúncio de novos gastos com programas como o Auxílio Gás acendeu um sinal de alerta entre economistas.

Head de macroeconomia do ASA, Jeferson Bittencourt chama a atenção para as determinações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O economista cita o artigo 17 da LRF, que determina que a criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado tenha estimativa de custo, demonstre que não afetará as metas fiscais e tenha os efeitos financeiros compensados por elevação permanente de receita ou redução também permanente de despesa.

Atualmente, o Auxílio Gás é considerado uma despesa discricionária - ou seja, não obrigatória. Bittencourt pondera, porém, que, caso o programa passe a garantir o produto (botijão) ou uma subvenção (ajuda financeira para comprar o gás) a quem atender certos requisitos, com o governo prevendo uma execução por período superior a dois exercícios, a despesa se tornará obrigatória, de caráter continuado.

"Neste caso, não adianta o governo falar que o recurso do Fundo Social vai ser ampliado, porque o Brasil deve produzir mais petróleo nos próximos anos e que essa será a compensação dessa despesa", afirma Bittencourt, ex-secretário do Tesouro Nacional, em referência à afirmação do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, de que as despesas serão financiadas com recursos do Fundo Social do Pré-Sal.

"A LRF é clara ao dizer o que é considerado aumento permanente de receita. Nessa lista, estão: elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos.

Ponto", diz o economista. "Ou seja, precisa ser uma fonte nova, para não gerar desequilíbrio fiscal." **DESEQUILÍBRIO FISCAL.** O crescimento das despesas obrigatórias é um dos principais desafios fiscais da atual gestão. Como mostrou reportagem do Estadão, essas despesas crescem em ritmo superior ao do teto do arcabouço fiscal - nova regra para

controle das contas públicas - e, com isso, consomem fatia cada vez maior do bolo do Orçamento, "espremendo" as outras despesas.

No limite, avaliam especialistas, haverá o rompimento do teto ou a paralisação da máquina pública. Ciente desse cenário e pressionada pelos agentes do mercado, a equipe econômica vem adotando medidas de revisão de gastos com base, principalmente, no combate a fraudes e no pente-fino em cadastros.

Especialistas em contas públicas alertam, porém, que essas medidas mais paliativas só darão alívio no curto prazo e que o governo terá de adotar ações estruturais, como a desvinculação de benefícios do salário mínimo e a revisão dos pisos da Saúde e Educação, se quiser manter vivo o arcabouço a partir de 2027.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Votação para legalizar cassinos

Rodrigo Péret

A proposta que regulamenta os jogos de azar e apostas no País já está pronta para ser votada, segundo o relator do projeto, senador Irajá Abreu (PSD-TO). Ele afirmou que a proposta deve ser votada até o final do mês que vem e se disse confiante de que haverá votos suficientes para sua aprovação.

"Estou muito confiante de que temos os votos suficientes para aprovar essa matéria e entregar ao povo brasileiro um arcabouço, um ambiente novo de negócio, com regras claras e que possa convidar gente seria a atuar neste segmento, que hoje está dominado e está sendo controlado pelo crime organizado", disse.

A fala do senador aconteceu durante participação dele no seminário "Desafios e regulamentação das bets e cassinos", realizado no Rio de Janeiro.

O projeto de lei prevê o funcionamento de bingos e de cassinos no País e regulariza os jogos de azar, como o jogo do bicho. O texto foi aprovado no último dia 19 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta segue para análise do Senado.

O documento não contempla as chamadas "bets", apostas esportivas on-line, cuja regulamentação já foi aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro.

Segundo o relator, a regulação dos jogos de azar e apostas é um tema inadiável, dado que a atividade hoje funciona de forma clandestina e permite a atuação do crime organizado.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, espera que o texto seja votado nos próximos dias. "Estamos querendo que vote esta semana. Se não, na outra", afirmou.

O texto tem sido bem avaliado por representantes do setor de apostas. Magnho José Santos, do Instituto Brasileiro Jogo Legal, elogiou o projeto, por contemplar não apenas os jogos de azar nos cassinos, mas também o jogo do bicho e os bingos. Sua entidade participou do desenho do texto durante reuniões temáticas em Brasília.

Caso seja aprovada, a proposta permitirá a instalação de até 90 casas de jogo no Estado, sendo 84 bingos, cinco empresas de jogo do bicho e um cassino.

Representantes do setor do turismo citaram Guarapari e a região de Pedra Azul, em Domingos Martins, como prováveis destinos do eventual novo cassino capixaba.

Governo prevê até 1 milhão de vagas

A aprovação do projeto permitirá a criação de "resorts" integrados no País, complexos turísticos com rede hoteleira, shopping center, centro de convenções e cassino, que devem criar entre 600 mil e 1 milhão de empregos diretos e indiretos.

A estimativa é do ministro do Turismo, Celso Sabino. No Estado, a previsão do presidente estadual da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-ES), Fernando Otávio Campos, é de que pelo menos 10 mil empregos sejam criados com a legalização.

Entre as regras, o projeto de lei estabelece que o cassino deverá ter, no máximo, 20% da área construída do complexo do resort. No local, poderão ser explorados jogos eletrônicos e de roleta, de cartas e outras modalidades autorizadas.

Segundo o ministro, a ideia é que cada estado com até 10 milhões de habitantes tenha, pelo menos, um grande resort integrado. Estados mais populosos, como São Paulo, poderão chegar a três empreendimentos com cassinos.

Sabino aproveitou para ressaltar a importância do turismo como um setor transversal, que gera empregos em diversas atividades. A regulamentação dos cassinos, segundo o ministro, trará impactos positivos à economia brasileira.

INTERIOR de cassino: Espírito Santo teria direito a uma unidade com a lei

SAIBA MAIS

Empresários preveem 10 mil empregos

Cassinos

SEGUNDO o projeto, cada estado poderá ter um cassino, com exceção de São Paulo, que terá até três. e de Minas Gerais. Rio de Janeiro. Amazonas e Pará. que poderão ter até dois.

O PROJETO também prevê que casas de jogos poderão funcionar em embarcações marítimas e fluviais, que seguirão regras específicas.

R\$ 31 bilhões sem recolhimento de impostos.

JÁ SE COLOCARAM como favoráveis à legalização do projeto políticos como os presidentes da Câmara e do Senado. Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, além do presidente da Embratur. Marcelo Freixo, que mudou de opinião após ter votado contra a proposta quando ainda era deputado.

PEDRA AZUL: possibilidade

E NO ESTADO?

ESPECIALISTAS destacam que Guarapari e Domingos Martins são as cidades favoritas para receber o cassino no Estado, caso a proposta se transforme em lei.

"A ESCOLHA levará em conta o potencial turístico, as estruturas instaladas. a proximidade com aeroportos e a mobilidade"

Bingos

0 JOGO PODERÁ ser explorado, em caráter permanente, somente em casas de bingo. A autorização para essas casas será concedida por 25 anos. renováveis por igual período.

NO ESTADO, poderá haver casas de bingo nos 78 municípios, sendo que Serra e Vila Velha poderão ter três estabelecimentos, e Vitória e Cariacica poderão ter dois.

Corridas de Cavalos

JÁ AS CORRIDAS de cavalos poderão ser exploradas por entidades turísticas credenciadas no Ministério da Agricultura. Essas entidades também poderão ser credenciadas para explorar, ao mesmo tempo, jogos de bingo e videobingo.

Jogo do Bicho

SERÁ CREDENCIADA, no máximo, uma operadora de jogos e apostas no jogo do bicho para cada 700 mil habitantes em cada Estado. Ou seja. no Espírito Santo, poderão haver cinco operadores.

Empregos

0 PRESIDENTE ESTADUAL da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-ES), Fernando Otávio Campos, estima que. no Estado, a tendência é que sejam criados pelo menos 10 mil postos de trabalho para atuar no setor.

JÁ 0 MINISTRO DO TURISMO Celso Sabino. estimou entre 600 mil e 1 milhão de empregos criados só em resorts integrados, que. além do cassino. terão rede hoteleira, shopping center e centro de convenções.

Tramitação

A PROPOSTA já recebeu parecer favorável do relator, o senador Irajá de Abreu (PSD/TO), em novembro, mas ainda não tem data para ser votada. Irajá destacou que o mercado atual do setor já movimenta

Cotação do ouro dispara e supera US\$ 2,5 mil a onça

A cotação do ouro, um ativo considerado seguro, segue em alta e bateu recorde neste mês, superando US\$ 2,5 mil por onça. Os motivos, segundo especialistas, são os riscos geopolíticos globais, a possibilidade de corte nas taxas de juros dos Estados Unidos e as expectativas de **inflação**. A escalada nos preços deve beneficiar a economia mineira.

Os valores recordes da cotação, na opinião do professor do Ibmec Belo Horizonte Gustavo Guimarães Andrade, são extremamente positivos para os produtores do metal.

"Minas Gerais tem empresas que operam com bastante pujança nessa área e essas empresas vão se beneficiar do aumento do preço", analisa o professor.

Ele explica que a receita será maior e o custo não sofrerá aumento nas mesmas proporções.

"Isso torna a margem de lucro dessas empresas melhores e com isso elas podem ter uma causalidade de resultados ainda mais pujante. Isso é dinheiro para a própria economia mineira. Seja para o lado do governo pelos **impostos** que essas empresas pagam, seja pelo poder de compra causado por esses bons resultados, tanto para a empresa quanto para os empregados e por aí vai", ressalta.

De janeiro a julho deste ano, Minas Gerais foi responsável por 3,7% das exportações de ouro do País, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, somando US\$ 914 milhões.

O valor é 3,94% menor que o mesmo período do ano passado.

Instabilidade global - O sócio da Astra Capital, Guilherme Suzuki, explica que o cenário mundial é reflexo de uma série de acontecimentos dos últimos anos, sobretudo no que se refere à saúde da economia global.

As expectativas inflacionárias e as incertezas fizeram e ainda fazem com que a busca pelo ouro aumente, já que é um investimento considerado mais seguro.

De acordo com ele, é um retorno ao que ele chama de 'velha economia'. "Com a saúde da economia global

não muito animadora, investidores procuram outras alternativas para alocação de capital. A recente valorização expressiva do metal nos diz que alguma coisa na economia global entrará em colapso e por isso vemos o ativo renovando as máximas", opina.

Ele não estima um valor a que o metal possa chegar, mas acredita que possa subir ainda mais. Tanto o ouro quanto outros metais, como a prata e o cobre, tendem a ser valorizados. Outro motivo que pode estar impulsionando a alta dos metais, na opinião de Suzuki, são os possíveis incentivos monetários e fiscais para alavancar a economia, o que pode trazer mais pressões inflacionárias.

Se levarmos em conta que uma barra pesa em média 400 onças (11,3 kg), a barra está chegando a US\$ 1 milhão. Os preços variaram em mais de 30% em 12 meses. O especialista da Nippur Finance, Noberto Sangalli, pontua que, historicamente, o ouro antecipa o que acontece em outras commodities, e tende a seguir se valorizando. "Por se tratar de um ativo escasso, que tem muita utilidade no dia a dia e por estar sendo cada vez mais demandado pelos bancos centrais para reforçarem suas reservas, ele deve continuar a subir", afirma.

Além disso, Suzuki, da Astra Capital, destaca o problema fiscal dos Estados Unidos.

"Não podemos ignorar o aumento crescente da dívida pública e a impressão desenfreada de dinheiro, que podem aumentar ainda mais o sentimento negativo dos investidores com a saúde da economia global", alerta.

Por último, ele acredita que o mundo vai perceber que não é possível imprimir metais e commodities como dinheiro. "Por esse motivo, acredito que entraremos em uma era de maior produtividade e isso traz um ambiente extremamente positivo para ativos com características de reserva de valor, e de alguma forma, deflacionários", avalia

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Rumo da Selic em análise

RAFAELA GONÇALVES

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou ontem que a autoridade monetária está "dependente de dados" para definir o rumo da taxa básica de juros (Selic). Ao falar sobre as expectativas para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para o dia 18 de setembro, ele mencionou os indicadores de desemprego, **inflação**, crescimento da economia e câmbio.

"O Banco Central assumiu uma posição mais conservadora, interrompendo seu ciclo de cortes da taxa Selic. Ficamos dependentes de dados e abertos, com todas as alternativas de política monetária na mesa, para que a gente possa tomar a nossa decisão", disse ele durante comemoração dos 125 anos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina.

Os dados mais recentes do Boletim Focus, divulgados ontem, corroboram para a pressão sobre a decisão do Copom, que está repercutindo as expectativas para a reunião com bastante antecedência.

Economistas do mercado financeiro voltaram a elevar as suas projeções para a **inflação**, câmbio e para o Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano.

A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 4,22% para 4,25%, na sexta semana seguida de alta. A meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, em 2024 e em 2025. A margem de tolerância para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Já a mediana das projeções para o **PIB** subiu de 2,23% para 2,43%. Em relação ao câmbio, a projeção para o dólar em 2024 subiu de R\$ 5,31 para R\$ 5,32.

Para o economista José Alfaix, da Rio Bravo, os dados do Focus trazem dois questionamentos: "se o aperto monetário está em um patamar suficiente para controlar a atividade, e se os economistas estavam, mais uma vez, subestimando o crescimento da economia".

De acordo com Galípolo, a função do BC é ser "mais cauteloso".

Ele disse, ainda, que a economia brasileira parece

estar em um estado distinto da economia norte-americana, que passou a dar sinais de moderação, "enquanto aqui a gente vem assistindo um cenário de resiliência maior da atividade".

Indicação de Lula O diretor de política monetária é o mais cotado para assumir a presidência do BC no ano que vem, com a saída de Roberto Campos Neto. O economista antecipou o retorno a Brasília nesta segunda-feira a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deve divulgar o nome do indicado ainda nesta semana.

Ele foi chamado para permanecer de "sobrevivo", caso Lula decida oficializar a sua indicação, que terá de ser aprovada pelo Senado. O Planalto deseja viabilizar a data para a eventual sabatina antes do final das eleições.

No entanto, os parlamentares estão concentrados em apoiar os candidatos nas eleições municipais e reduzindo o ritmo de atividades do Congresso.

A postura do diretor, que tem dado uma série de declarações à imprensa e em eventos nos últimos dias, tem dividido opiniões.

Parte dos analistas acredita que ele deveria ser mais sucinto, já que suas falas podem causar volatilidade no mercado. Por outro lado, há quem defenda que as sinalizações dadas por Galípolo sobre os juros reforcem a autonomia da autoridade monetária perante o governo.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6340/27-08-2024.html?all=1>

Petrobras leva Ibovespa a novo recorde

**Maria Fernanda Salinet, Gabriel Caldeira e Gabriel Roca
De São Paulo**

Em meio à forte alta dos preços do petróleo no mercado internacional, impulsionados pelo aumento das tensões geopolíticas, as ações da Petrobras dispararam na sessão de ontem e levaram o Ibovespa a mais um recorde de fechamento. O dólar encerrou o dia em leve alta, se aproximando novamente dos R\$ 5,50, enquanto os juros futuros recuaram, com os investidores ainda tentando antecipar qual será o próximo movimento da Selic.

O principal índice da bolsa local encerrou a sessão em alta de 0,94%, aos 136.889 pontos, nova máxima histórica de fechamento. A alta das ações no Brasil contrastou com o observado em Nova York, onde o S P 500 caiu 0,32%, o Dow Jones teve leve alta, de 0,16%, e o Nasdaq perdeu 0,85%.

O desempenho positivo do mercado de renda variável brasileiro, no entanto, se deveu quase inteiramente à Petrobras. As ações ordinárias da companhia fecharam o dia em alta de 8,96%, enquanto os papéis preferenciais subiram 7,26%. Segundo cálculos do Valor Data, o avanço das ações foi responsável por 94,68% da alta do Ibovespa e, neste contexto, o valor de mercado da estatal subiu de R\$499,81 bilhões para R\$ 541,10 bilhões, uma variação de R\$41,2 bilhões.

A valorização da Petrobras na bolsa ocorreu em meio à escalada de conflitos no Oriente Médio. O preço do petróleo Brent, referência mundial, fechou em alta de 2,95%, a US\$ 81,43 o barril, após bombardeios entre Israel e o grupo terrorista Hezbollah, além da interrupção da produção na Líbia.

Segundo Gilberto Cardoso, CEO da Tarraco Commodities Solution, além dos conflitos geopolíticos, o aumento dos preços das commodities na China e a sinalização do início do corte de juros nos Estados Unidos em setembro também contribuíram para a dinâmica observada no pregão. "Como o setor de commodities é muito alavancado, quando há a sinalização da flexibilização monetária nos EUA, isso ajuda todo o setor, que terá dívidas a juros reduzidos", explica.

Outro fator que impulsionou o avanço das ações da estatal foi a melhora na recomendação do Morgan Stanley de neutra para compra para os papéis da empresa. O banco elevou o preço-alvo dos recibos de ação (ADRs) negociados na Bolsa de Nova York

(Nyse) de US\$ 18 para US\$20.

Já o dólar comercial fechou a sessão em alta de 0,23%, cotado a R\$ 5,4922. Operadores apontam que houve fôlego limitado após a queda de quase 2% registrada pela moeda no pregão da sexta-feira.

Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos, acredita que o real tem mais espaço para se valorizar, já que projeta um dólar cotado a R\$ 5,30 no fim do ano. Segundo ele, a perspectiva de flexibilização da política monetária nos Estados Unidos é o que sustenta essa projeção.

"A perspectiva de cortes nos Estados Unidos, uma vez materializada, vai ajudar outras moedas, e o real vai de carona nesse movimento", disse. Para ele, o banco central americano deve adotar um ritmo "gradual" de cortes, com três reduções de 0,25 ponto percentual nas suas reuniões restantes de 2024.

Na visão de Sobral, as sinalizações mais conservadoras do diretor de política monetária, Gabriel Galipolo, pressionaram o BC de forma desnecessária a entregar um aumento da taxa Selic em setembro mesmo com o cenário externo mais benigno.

A comunicação dos membros do Copom, inclusive, tem sido fonte de incertezas entre participantes do mercado nos últimos dias. Após Galipolo ter emitido mensagens mais conservadoras após a divulgação da ata do Copom, houve a percepção entre agentes que outros membros do colegiado, como o presidente do BC, Roberto Campos Neto, não indicaram, com tanta clareza, a possibilidade de retomar a alta da Selic no curto prazo.

Assim, há bastante divergência entre economistas e operadores sobre o futuro da Selic. Em relatório enviado a clientes, a equipe de economistas do J.P. Morgan aponta que a taxa básica de juros deve se manter estacionada nos 10,5%, ainda que a probabilidade de uma alta também seja elevada.

"Atualmente, a política monetária está apertada e a política fiscal se tornará cada vez mais restritiva. Combinado com o início do ciclo de flexibilização global e os modelos do BC, que mostram a **inflação** se aproximando da meta no primeiro trimestre de 2026, isso torna desnecessário um ciclo de alta neste momento, em nossa opinião", concluem.

No mercado de juros, a taxa do contrato de Depósito

Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 passou de 11,485% para 11,42% e a do DI para janeiro de 2029 recuou de 11,56% para 11,495%.

8,96% foi a alta das ações ordinárias da Petrobras

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187967>

BC está "dependente de dados", diz Galipolo

Gabriel Shinohara De Brasília

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galipolo, afirmou que a autarquia assumiu uma posição mais conservadora, interrompeu o ciclo de cortes na taxa básica de juros e "ficou dependente de dados". Para Galipolo, a função da autoridade monetária é ser mais cautelosa.

Nessa posição mais conservadora, afirmou, o Banco Central vai consumir os dados a cada reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e tomar a decisão sobre as taxas de juros a partir disso. "Nesse ciclo tem uma série de dados relevantes de mercado de trabalho, atividade econômica, inclusive de **inflação** até a próxima reunião, que nós pretendemos consumir para tomar a decisão", disse, ao participar de evento promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Segundo Galipolo todas as alternativas estão na mesa para a tomada de decisão do colegiado.

A ata da última reunião do Copom citou duas possibilidades para a política monetária. A primeira seria manter o patamar atual, de 10,50% ao ano "por tempo suficientemente longo" para levar a **inflação** à meta. Na segunda, o Copom ressaltou que "não hesitará" em subir os juros se julgar apropriado para cumprir a **inflação**.

As declarações de Galipolo vêm sendo acompanhadas de perto pelo mercado, já que o diretor é o mais cotado para assumir a presidência do BC. Na semana passada, as falas dele foram consideradas mais pró-aperto de juros que as do atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto - uma impressão que, depois, eles próprios tentaram desfazer.

Ontem, no TCE, Galipolo destacou a preocupação com a desancoragem de expectativas de **inflação** e com o dinamismo da atividade econômica. Ele citou a taxa de desemprego baixa e as projeções do **PIB**, que "vêm sendo revisitadas sistematicamente para cima". O relatório Focus mostra uma mediana de projeções para alta do **PIB** de 2,43% neste ano e de 1,86% em 2025. A projeção do BC para o crescimento de 2024 é de 2,3%, de acordo com o Relatório de **Inflação** publicado no fim de junho.

Galipolo ressaltou que a "bola" que o BC precisa olhar é a possibilidade de que o crescimento da demanda esteja ocorrendo de maneira desordenada "e com falta

de sincronia com a oferta a ponto que o crescimento da demanda vá produzir um processo inflacionário que vá justa mente corroer essa renda que foi ganha nos últimos tempos".

Sobre o cenário americano, Galipolo pontuou que os preços de mercado hoje mostram uma ideia de "pouso suave" ou "soft landing" da economia. Essa desaceleração mais suave, segundo ele, permitiria ao Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) iniciar um ciclo de corte de juros.

A diretoria de política monetária tem entre suas atribuições a execução da política cambial. Galipolo ressaltou que o BC usa referências para analisar se existe algum tipo de disfuncionalidade no mercado de câmbio e que não envolve apenas a questão de liquidez. "Você também vai comparar descasamento com pares, descasamento com fundamentos e tentar decifrar quais são as causas para aquilo poder estar acontecendo." Galipolo destacou que é um tema bastante discutido de maneira colegiada e citou que "a melhor coisa que pode acontecer com autonomia do BC é que essas decisões estratégicas sejam as mais colegiadas possíveis".

"Nesse ciclo tem uma série de dados relevantes que nós pretendemos consumir para tomar a decisão" Gabriel Galipolo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187967>

Mercado financeiro projeta PIB de 2,43% em 2024

O mercado financeiro reviu, para cima, as expectativas relacionadas ao Produto Interno Bruto (**PIB**), **inflação** e câmbio para 2024. Com relação à taxa básica de juros (Selic), as expectativas permanecem estáveis há 10 semanas, em 10,5%, segundo o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central.

Entre as quatro expectativas apresentadas pelo boletim, a que registrou maior variação, na comparação com a semana passada, foi a voltada ao **PIB**, que é a soma de todas as riquezas produzidas no país.

A previsão do mercado financeiro é de que o **PIB** feche 2024 com um crescimento de 2,43%. Há uma semana, a expectativa era de 2,23%; e há um mês, de 2,19%. Para 2025, a previsão é de que o **PIB** feche o ano em 1,86%; e, para 2026, o crescimento projetado é de 2%.

Em 2023, a economia brasileira cresceu 2,9%, percentual acima das projeções. De acordo com o IBGE, o valor total do **PIB** ficou em R\$ 10,9 trilhões. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%.

IPCA

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do País, aumentou pela sexta semana consecutiva. Há uma semana, o mercado projetava uma **inflação** de 4,22% em 2024. Nesta semana, a expectativa ficou ligeiramente mais alta, em 4,25%. Há quatro semanas, o mercado projetava um IPCA de 4,1%.

A estimativa para o ano corrente se encontra acima da meta de **inflação**, que é 3%. Porém, dentro da margem de tolerância, que é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Dessa forma, o limite inferior é de 1,5%; e o superior, de 4,5%.

Para os próximos anos, as expectativas são de que a **inflação** feche 2025 em 3,93%. Para 2026, as expectativas são de que o IPCA fique em 3,6%. A expectativa relacionada ao câmbio é de fechar 2024 com a moeda norte-americana custando R\$ 5,32. Há uma semana, o mercado projetava que o dólar chegaria ao final do ano cotado a R\$ 5,31; e há 4 semanas, a R\$ 5,30. Para 2025, espera-se que a

moeda dos EUA esteja cotada a R\$ 5,30; e em 2026, em R\$ 5,25.

Já com relação à taxa Selic, o mercado mantém estáveis as expectativas, tanto para 2024 (10,5%), como para 2025 (10%) e 2026 (9,5%).

Para 2025, a previsão é de que o **PIB** feche o ano em 1,86%; já para 2026, o crescimento projetado pelo BC é de 2%

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_EC9E753E5F6A39D5781FA7DE7762C05A32F4F9914D2F944A0280DEA0AEFFDB3F18A34405BD12341AA4F574BA9DDBC9DA68888329020E9557E71172B4886A516F45EC328E88DE65D5CACE9057352157BDC21DE51F2E1E85B88A5804C8F44EE62E80CA19B721CFF0D2D36652F8141E38251306C350F853B6FA3D74

Mercado financeiro eleva projeção da inflação pela sexta semana seguida

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do país, aumentou pela sexta semana consecutiva.

Há uma semana, o mercado projetava uma **inflação** de 4,22% em 2024. Nesta semana, a expectativa ficou ligeiramente mais alta, em 4,25%. Há quatro semanas, o mercado projetava um IPCA de 4,1%.

A estimativa para o ano corrente se encontra acima da meta de **inflação**, que é 3%. O dado é do Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central.

O mercado financeiro também reviu, para cima, as expectativas relacionadas ao Produto Interno Bruto (**PIB**), **inflação** e câmbio para 2024.

A previsão do mercado financeiro é de que o **PIB** feche 2024 com um crescimento de 2,43%. Há uma semana, a expectativa era de 2,23%; e há um mês, de 2,19%. Para 2025, a previsão é de que o **PIB** feche o ano em 1,86%; e, para 2026, o crescimento projetado é de 2%.

Em 2023, a economia brasileira cresceu 2,9%, porcentual acima das projeções.

De acordo com o IBGE, o valor total do **PIB** ficou em R\$ 10,9 trilhões. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%. (ABr)

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2024/08/a9127d8427f9c949b51d9059eee89f8872a6f262818ca2ebc26f904ec82d0094.pdf>

Projeção da inflação 2024 sobe para 4,25%, diz BC

A previsão do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do país, aumentou pela sexta semana consecutiva. É o que aponta o Boletim Focus divulgado nessa segunda-feira (26), pelo Banco Central (BC). Na semana passada, o mercado projetava uma **inflação** de 4,22% em 2024. Nesta semana, a expectativa ficou ligeiramente mais alta, em 4,25%. Há quatro semanas, o mercado projetava um IPCA de 4,1%.

A estimativa para 2024 se encontra acima da meta de **inflação**, que é 3%. Porém, dentro da margem de tolerância, que é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Dessa forma, o limite inferior é de 1,5%; e o superior, de 4,5%.

Para os próximos anos, as expectativas são de que a **inflação** feche 2025 em 3,93%. Para 2026, as expectativas são de que o IPCA fique em 3,6%.

PIB

Conforme o Boletim Focus, o mercado financeiro reviu, para cima, as expectativas relacionadas ao Produto Interno Bruto **inflação** e câmbio para 2024. Com relação à taxa básica de juros (Selic), as expectativas permanecem estáveis há 10 semanas, em 10,5%.

Entre as quatro expectativas apresentadas pelo boletim, a que registrou maior variação, na comparação com a semana passada, foi a voltada ao **PIB**, que é a soma de todas as riquezas produzidas no país.

A previsão do mercado financeiro é de que o **PIB** feche 2024 com um crescimento de 2,43%. Há uma semana, a expectativa era de 2,23%; e há um mês, de 2,19%. Para 2025, a previsão é de que o **PIB** feche o ano em 1,86%; e, para 2026, o crescimento projetado é de 2%.

Em 2023, a economia brasileira cresceu 2,9%, percentual acima das projeções. De acordo com o IBGE, o valor total do **PIB** ficou em R\$ 10,9 trilhões. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%.

Dólar e Selic

A expectativa relacionada ao câmbio é de fechar 2024

com a moeda norte-americana custando R\$ 5,32. Há uma semana, o mercado projetava que o dólar chegaria ao final do ano cotado a R\$ 5,31; e há 4 semanas, a R\$ 5,30. Para 2025, espera-se que a moeda dos EUA esteja cotada a R\$5,30; e em 2026, em R\$ 5,25.

Quanto a taxa Selic, o mercado mantém estáveis as expectativas, tanto para 2024 (10,5%), como para 2025 (10%) e 2026 (9,5%).

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=134995>

Brasil registra déficit de US\$ 5,162 bilhões

Brasília - O Brasil apresentou um déficit em transações correntes de US\$ 5,162 bilhões em julho, com o resultado negativo acumulado em 12 meses totalizando o equivalente a 1,56% do Produto Interno Bruto (**PIB**), informou ontem o Banco Central (BC).

O saldo deficitário do mês foi maior que o esperado pelo mercado, com expectativa em pesquisa da Reuters com especialistas apontando para um saldo negativo de US\$ 4 bilhões. Os investimentos diretos no País alcançaram US\$ 7,258 bilhões em julho, acima dos US\$ 6 bilhões projetados na pesquisa.

No mês passado, a conta de renda primária apresentou saldo negativo de US\$ 7,829 bilhões, ante déficit de US\$ 8,224 bilhões no mesmo período do ano anterior.

As despesas líquidas de lucros e dividendos, associadas aos investimentos diretos e em carteira, totalizaram US\$ 3,507 bilhões, com redução de 21,4% ante julho de 2023. As despesas líquidas com juros somaram US\$ 4,374 bilhões, 15,6% a mais do que no mesmo mês do ano passado.

Balança comercial -Já a balança comercial registrou superávit de US\$ 7,070 bilhões, contra US\$ 7,586 bilhões no mesmo mês de 2023.

De acordo com o BC, as exportações de bens somaram US\$ 31,161 bilhões, alta de 9,3% na comparação interanual, enquanto as importações de bens aumentaram 15,2%, totalizando US\$ 24,092 bilhões.

O rombo na conta de serviços no mês passado ficou em US\$ 4,751 bilhões, contra déficit de US\$ 3,160 bilhões em julho do ano anterior.

A partir dos dados de junho o BC passou a não considerar mais as compras de ativos em criptomoedas como uma importação que afeta a balança comercial, reduzindo o déficit em conta corrente, revisão que segue o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Desde 2019, ativos em criptomoedas vinham sendo tratados como bens. A vertiginosa importação desses ativos pelos brasileiros vinha resultando num superávit comercial menor pelo critério do BC.

Agora os criptoativos serão acrescentados na linha de conta de capital do balanço de pagamentos, que

registra transações envolvendo a compra e venda de ativos não financeiros e não produzidos e transferências de capital. (Reuters) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>